

Fernando de Azevedo, “a cultura brasileira” e a história da educação: notas historiográficas

*Juarez José Tuchinski dos Anjos **

Resumo

Tomando por objeto de análise a obra “A Cultura Brasileira”, de Fernando de Azevedo, considerada uma das escritas fundantes da história da educação brasileira, o artigo tem por objetivo dialogar com a historiografia da obra azevediana a fim de reunir algumas notas historiográficas que auxiliem na leitura crítica desta obra e da narrativa de história da educação produzida por seu autor.

Palavras-chave: Historiografia da Educação; A Cultura Brasileira; Fernando de Azevedo.

* Mestre e Doutorando em Educação, na Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: juarezdosanjos@yahoo.com.br. Este artigo é uma versão ampliada de um paper apresentado na disciplina “Seminário Avançado de História e Historiografia da Educação”, no segundo semestre de 2011.

Fernando de azevedo, "the brazilian culture" and the history of education: historiographical notes

Abstract

Based on the analysis of the work "The Brazilian Culture", by Fernando de Azevedo, that is considered to be one of the foundational writings on the history of Brazilian education, this article aims to establish a dialogue with the historiography of the work of Azevedo in order to gather some historiographical notes that may help the critical reading process related to this work, as well as the reading of the narrative of history of education produced by the author.

Keywords: Historiography of Education; Brazilian Culture; Fernando de Azevedo.

Fernando de azevedo, "la cultura brasileña" y la historia de la educación: notas historiográficas

Resumen

Tomando como objeto de análisis el libro "La Cultura Brasileña", de Fernando de Azevedo, considerado uno de los escritos fundadores de la historia de la educación brasileña, el artículo tiene como objetivo dialogar con la historiografía de la obra azevediana para recoger algunas notas historiográficas que ayuden en la lectura crítica de este libro y de la narrativa de historia de la educación producida por su autor.

Palabras clave: Historiografía de la Educación; La Cultura Brasileña; Fernando de Azevedo.

Introdução

Publicada pela primeira vez em 1943, *A Cultura Brasileira* (doravante, ACB), de Fernando de Azevedo (1894-1974), é considerada uma das escritas fundantes no campo da História da Educação brasileira. Seu impacto fez-se sentir por muitas décadas e suas interpretações informaram boa parte da imagem construída no meio acadêmico a respeito de nosso passado educacional.

Muitas e boas análises já foram feitas sobre ACB. Incontáveis artigos, dissertações e teses foram publicados a seu respeito, o que é mais uma evidência da importância da obra no campo histórico-educacional. Em face disso, não pretendo oferecer uma análise inédita ou inusitada acerca de Azevedo e de seu texto. Seria ousadia temerária, dada a profusão de autores que já se dedicaram à isso. Dentro dos limites deste artigo o objetivo é outro: dialogar com a historiografia da obra azevediana – em particular a relativa à ACB – a fim de reunir algumas notas historiográficas que auxiliem na leitura crítica de Fernando de Azevedo, ACB e sua narrativa histórica.

Tal intento, apesar dos estudos já realizados, permanece relevante, uma vez que as explicações azevedianas continuam presentes no campo educacional de modo geral (CARVALHO, 2010a) (a meu ver, especialmente em trabalhos que necessitam de referências pontuais sobre o passado educacional brasileiro), em algumas vertentes dentro do campo da história da educação em específico e, ainda, reproduzidas indiscriminadamente em manuais didáticos vulgarizados nos cursos que oferecem a disciplina história da educação brasileira em nível de graduação. Tudo isso, não obstante as críticas que o autor e a obra já vêm sofrendo, a um considerável tempo, da parte de importantes historiadores da educação, como Marta Carvalho (1989; 2010a, 2010b), dentre outros.

A metodologia por mim adotada é a da pesquisa bibliográfica de cunho historiográfico. Como definem Kalina Silva e Maciel Silva, a historiografia “é a reflexão sobre a produção e a escrita da História” (SILVA e SILVA, 2009, p. 189). Dialogar com a historiografia acerca da obra azevediana e ACB significa, aqui, estabelecer interlocução mais com os trabalhos que têm investigado a maneira como

este autor produziu e escreveu sua narrativa histórica do que com o texto de Azevedo propriamente dito (embora isso também ocorra), uma vez que essa última labuta, mais árdua, já foi feita nos estudos que serão mobilizados nesta investigação.

Sendo a historiografia “uma forma de analisar os mecanismos que envolvem a produção do discurso dos historiadores, percebendo esses discursos em relação ao tempo e à sociedade em que cada historiador está inserido” (SILVA e SILVA, 2009, 190), as notas historiográficas aqui reunidas procuram contemplar, ao menos, três aspectos essenciais: a figura de Fernando de Azevedo, enquanto intelectual e ator histórico; o contexto de produção de ACB e, por fim, as concepções teóricas, a operação historiográfica, o tipo de narrativa e algumas das explicações que, do encontro entre o sujeito, seu tempo e suas visões de mundo, daí resultou. É essa, inclusive, a estrutura em que está dividido o artigo. Ao final, ele é encerrado com algumas conclusões sobre os resultados a que este percurso pela historiografia permitiu chegar.

Fernando de Azevedo: educador, intelectual e historiador

Alerta Edward Carr em *O que é História*: “Quando pegamos um trabalho de História, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas com o historiador que o escreveu” (CARR, 2006, p. 58). Em outras palavras, uma lição tão simples quão fundamental: antes de tentar entender o que é narrado e explicado por um historiador nas suas obras, é preciso buscar conhecer esse homem ou mulher, sua vida profissional e intelectual bem como sua produção bibliográfica e suas redes de relações para só então, efetivamente, começar a tratar do texto que se quer ler e compreender em perspectiva historiográfica. É o que faremos aqui com Fernando de Azevedo.

Nascido em abril de 1894, era mineiro, natural de São Gonçalo do Sapucaí, tendo passado os primeiros anos da infância na cidade de Cambuquira. Sua família parece ter gozado de boa condição econômica, embora no início do século passado suas correspondências e memórias indicem que teriam atravessado certa crise financeira (NEPHIE-USP, 2000).

Conforme Maria Luiza Penna (2010), para iniciar os estudos primários, Azevedo voltou para sua cidade natal, vivendo com os tios, enquanto frequentava o colégio particular de Francisco Lentz. Mudou-se em 1903 para a cidade de Nova Friburgo (RJ), onde seria aluno do Colégio Anchieta, dirigido pelos padres jesuítas, até 1908. No ano seguinte, sob a orientação do padre Leonel Franca, inicia uma experiência vocacional dentro da Companhia de Jesus e que se prolonga até 1914, quando renuncia à vida religiosa. (cf. PENNA, 2010, p. 147). Foi nessa época – é oportuno destacar – que exerceu pela primeira vez o magistério, no Colégio São Luís, em Itú, também dos jesuítas. Abandonadas as aspirações à vida religiosa, Fernando de Azevedo escolhe prosseguir sua formação acadêmica matriculando-se no Curso de Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, transferindo-o em seguida para Belo Horizonte e concluindo-o em 1918, na cidade de São Paulo. Todavia, nunca exerceu as letras jurídicas. (Idem, *ibidem*, p. 148).

Após a conclusão do curso de Direito é que Azevedo dá início a sua intensa vida profissional, que de modo resumido, pode ser situada como um largo trânsito (mas nem sempre concomitante) entre o magistério no ginásio, na Escola Normal (fim da década de 10 e parte da década de 20) e no Departamento de Sociologia da USP (a partir da década de 30); o jornalismo (décadas de 10 e 20, seguidas de uma ausência prolongada e retorno somente na década de 60) com contribuições para o "Correio Paulistano" e o "Estado de São Paulo"; o trabalho como Editor da monumental Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Companhia Editora Nacional (1931-1946) e a ocupação de cargos públicos em várias esferas de governo, com destaque dentre aquelas elencadas por Nelson Piletti (1984, p. 184), para as ligadas mais diretamente à educação: Diretor geral da Instrução Pública no Distrito Federal (1927-1930), Diretor geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933), Diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-38), Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP (1941-1943), Secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947), Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1947) Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961).

Educador, jornalista, editor e, em certa medida, político. Numa vida profissional assim resumida, percebe-se, na confluência e simultaneidade de tais experiências, por um lado, a polissemia das ocupações de Azevedo e, por outro, a centralidade que a educação assumiu nesse itinerário, iniciado com certa modéstia na função de professor de uma escola ginásial nas décadas de 10 e 20 e encerrado na mais alta posição da burocracia educacional do Estado de São Paulo, na década de 1960, num cargo político de confiança. Indissociável dessa vida profissional é a sua ação como intelectual, que convém destacar sob dois aspectos: o seu engajamento nos grupos e movimentos aos quais se filiou e a sua produção bibliográfica, realizada nos interstícios (e em alguns casos em decorrência) de suas ocupações.

No tocante ao engajamento, Fernando de Azevedo manteve estreitas relações com certa intelectualidade preocupada com os problemas educacionais do país nas décadas de 20-30. Essa intelectualidade, como lembram Carlos Eduardo Vieira e Caroline Marach, assumiu "uma identidade como grupo social, como intelligensia. Como tal, incorporaram um sentimento de missão social, inserindo-se na cena pública como guias do povo, guardiões da cultura e racionalizadores do estado" (VIEIRA; MARACH, 2007, p. 270). Este, por sinal, é o perfil de intelectual assumido por Fernando de Azevedo, tanto no plano da palavra quanto da ação.

Dessas suas relações com a intelligensia educacional, podemos destacar três momentos significativos. Um primeiro, é a Reforma do Ensino no Distrito Federal (1927-28), iniciativa que lhe deu grande projeção como educador e reformador. Na ocasião, aplicou algumas das suas concepções educacionais da pedagogia da Escola Nova, mas com uma ênfase especial no trabalho como "princípio unificador do sistema educacional" (CARVALHO, 2010b, p. 247). Um segundo momento, mais longo que o anterior em termos cronológicos mas no qual aquele estava inserido, é o constituído pelos diálogos com a Associação Brasileira de Educação, por meio da participação nas Conferências Nacionais de Educação (1927-1932). Estes eventos, como observa Maria Lúcia Hilsdorf, foram saudados "como a principal instância social do debate das questões educacionais do período 1925-35" (HILSDORF, 2003, p. 79),

espaço de discursos e embates entre diversos projetos e concepções educacionais, onde Fernando de Azevedo foi firmando suas relações – elegendo suas afinidades e desafetos – com o grupo que posteriormente seria denominado “os renovadores da educação brasileira” e que subscreveriam, com ele, o documento síntese das ideias educacionais por eles defendidas, o Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova, de 1932. O terceiro momento significativo de seu percurso intelectual é, justamente, sua escolha para o redator de tal manifesto. A seu ver, esse documento serviria para “estabelecer uma coesão ainda maior entre os elementos filiados à nova corrente educacional e para dar novo prestígio e impulso novo ao mais belo e fecundo movimento de ideias, que já se operou no Brasil, nos domínios da educação” (AZEVEDO, 2003 [1932], p. 10) e foi o ponto alto de sua atividade em prol das reformas educacionais que vinha defendendo desde a década de 1920. No entanto, vale ter presente o que observa Diana Gonçalves Vidal a partir de novas pesquisas desenvolvidas após a década de 1980, quando

o manifesto começou a ser revisitado pela investigação acadêmica (...) [e] foram questionados seus dispositivos discursivos. Os pioneiros emergiram como um grupo cuja coesão não era fruto da identidade de posições ideológicas, mas estratégia política de luta, conduzida no calor das batalhas pelo controle do aparelho educacional. (...) A própria noção de grupo coeso e, nessa medida, do personagem coletivo pioneiros passou a ser questionada, bem como o foi a unidade dos princípios da Escola Nova. (VIDAL, 2013, p. 580-581).

Aqui já se evidencia, com efeito, uma das facetas mais marcantes do intelectual Fernando de Azevedo, desveladas primeiramente por Marta Carvalho (1989): sua capacidade de erigir monumentos de sentidos e significações em torno das ações nas quais esteve envolvido. Em todo caso, é dentro desse quadro que se insere o segundo aspecto de sua atividade intelectual, a sua produção bibliográfica.

Pode-se concordar com Maria Luiza Penna (1987) e Maria Rita de Almeida Toledo (1996) que, não obstante a contagem geral dos livros de Azevedo chegar ao número de 34, na realidade são 25 obras, se descontarmos “as

reedições parciais, fusões de textos, separatas e aproveitamento de diferentes livros para montar um outro” (TOLEDO, 1996, p. 47). Para uma aproximação não pela individualização de sua produção, algo já feito por ambas as autoras citadas, mas com os temas privilegiados por Fernando de Azevedo, servi-me da relação oferecida por Penna (1987), ensaiando uma classificação temática e cronológica, com base nos títulos e períodos das primeiras edições. (Tabela 1)

Tabela 1 – Temas privilegiados por Fernando de Azevedo em sua produção intelectual

Tema	Número de Obras	Arco de Tempo das Publicações
Antiguidade Clássica	2	1923-1924
Crítica Literária	1	1929
Educação Física	3	1920-1930
Renascimento	1	1925
Educação	10	1927-1958
Sociologia	5	1935-1962
Sociologia da Educação	1	1940
Memórias	1	1961
Autobiografia	1	1971

Fonte: Bibliografia de Fernando de Azevedo (PENNA, 1987)

Como os intelectuais de sua geração, Azevedo escreveu sobre vários temas e assuntos, mas quantitativamente seu maior número de obras trata da Educação e da Sociologia.

Versando sobre o primeiro tema, sua produção concentra-se no arco de tempo de 1927-1958, sendo que metade de suas obras sobre Educação foram publicadas entre 1927-1935, coincidindo com o período de intensa atividade em torno da Reforma Educacional do Distrito Federal, das acaloradas discussões nas Conferências da ABE e da redação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Já as obras de sociologia começam a ser produzidas entre 1935-1962 (e ainda podemos acrescentar sua Sociologia da Educação em 1940), época em que leciona na USP e na qual escreverá ACB, a obra que o tornou mais conhecido tanto no campo da Sociologia quanto da Educação.

Foram justamente a sociologia e a educação, os temas mais caros em sua produção, e que, como veremos na terceira seção do artigo, se articularam na sua interpretação sobre a cultura brasileira e a história da educação. Antes, porém, detenhamo-nos na análise de ACB em seu contexto de produção.

ACB em seu lugar de produção

De toda sua vasta produção bibliográfica, a obra "mes-tra" de Fernando de Azevedo sem dúvida é ACB, que tem por subtítulo Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. Feita sob encomenda da comissão responsável pelo Censo de 1940, a obra conta até o momento com 7 edições: 1943; 1944 (sem acréscimos, apenas transformando a obra em livro, independente do Censo); 1958 (quando recebeu acréscimo e ganhou a forma atual, sem contudo alterar as interpretações anteriores), 1963; 1971; fins da década de 1990 (cf. TOLEDO, 2000) e, atualmente, no site da EDUSP, consta ter sido realizada a 7ª Edição, integrando a coleção "Os Fundadores da USP". Nesse caminho editorial, conheceu três formas de veiculação: primeiro como volume do Censo de 1940, editado pelo IBGE; depois volume em separado publicado inicialmente pela Companhia Editora Nacional e posteriormente pela Editora da Universidade de Brasília e numa terceira versão, a obra foi dividida em três volumes, correspondentes às três partes que a compõem. A edição mais recente, da USP, reúne novamente as partes em um único volume.

Segundo informações que faz questão de registrar no Prefácio, Azevedo gastou um ano e meio para escrever o livro, entregando com seis meses de antecedência o trabalho que lhe fora solicitado (cf. AZEVEDO, 1963, p. 21-22). Isso situa a escrita de ACB – ainda que sem pretensão de uma exatidão cronológica – entre os anos de 1939-1941, em pleno Estado Novo, quando Fernando de Azevedo ocupava o cargo de Editor da Biblioteca Pedagógica Brasileira e iniciava sua atuação nos cargos de direção de departamentos na Universidade de São Paulo. Editor poderoso, professor universitário, educador reconhecido pelo seu engajamento no movimento pela Escola Nova e "intelectual comprometido com a política cultural do Estado Novo" (CARVALHO, 2010b, p. 332). Eram estas as credenciais que lhe conferiam determinada autoridade para tratar de um assunto tão caro à Nação: a introdução de um censo demográfico. E é desse lugar de um intelectual "interessado na legitimação da política educacional do Estado Novo" (Idem, ibidem) que ele fala e defende suas ideias, embora isso nem sempre fique claro no conjunto de seu livro.

Sobre as expectativas em torno da obra, Fernando de Azevedo indica que os que a encomendaram solicitavam-lhe que ela fosse uma introdução ao censo, "ainda que em esboço, um retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese, ou um quadro de conjunto da nossa cultura e civilização" (AZEVEDO, 1963, p. 21). Contudo o produto final, como salientam Diana Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, "superou largamente a encomenda" (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 97). Realizar censos populacionais no Brasil era sempre algo delicado, passível de inúmeros problemas. Os resultados, por sua vez, precisavam ser apresentados, antecipados ou então – e esse é o caso da obra de Azevedo – introduzidos e significados ao público que os receberia e deles faria uso. Tal público, na perspectiva de Fernando de Azevedo, seria amplo e composto por "não especialistas", o que exigiu que ele escrevesse de forma mais simples essa obra destinada a "tornar o Brasil mais conhecido dos brasileiros e a descobri-lo aos homens de outros países" (AZEVEDO, 1963, p. 22).

Entrementes, se considerarmos o modo primeiro pelo qual a obra foi posta em circulação – um grosso volume de um documento oficial – parece ser pouco provável que os brasileiros de modo geral fossem o público que efetivamente teria contato com a obra. Talvez, seja mais plausível a hipótese de que esses genéricos "brasileiros" seriam os sociólogos, economistas, políticos, jornalistas, estudiosos das "Coisas Brasileiras" (o mesmo público que fazia a Brasileira de Azevedo, subseção da Biblioteca Pedagógica, ter tanto sucesso àquela época), intelectuais do Brasil e do exterior e – provavelmente só depois que a obra tornou-se "independente" do censo – alunos, estudantes e professores das universidades. Não que esse retrato tenha deixado de chegar a públicos mais amplos. Todavia, não foram encontrados na historiografia indícios de que isso se desse já naquele contexto imediato de sua publicação.

Naquilo que diz respeito ao contexto imediato de recepção de ACB, o autor, no Prefácio da obra na quarta edição de 1963, aponta que foi bem acolhida – tanto que além de três edições já fora traduzida para o inglês, tinha uma prova final em espanhol e o interesse de editores alemães e italianos para que fosse traduzida (AZEVEDO, 1963, p. 23). Ainda que se deva desconfiar um pouco dessa recepção, o fato de ser reeditada é indício de que, ao menos,

havia demanda por parte de determinado público leitor. Maria Rita de Almeida Toledo afirma que o livro, com suas interpretações, gozou da mesma credibilidade dos dados estatísticos, sendo recebido com essa mesma objetividade, com status de interpretação oficial (TOLEDO, 1996, p. 135). Não consegui encontrar na historiografia consultada as críticas que certamente foram feitas pelos desafetos/opositores de Azevedo à época da publicação. Entretanto, um testemunho da “boa receptividade” da obra é a crítica feita por Hélio Vianna na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre a segunda edição – e primeira independente do Censo. Vianna a definia como “obra sem igual em nosso meio” onde todos os “aspectos da questão [a cultura brasileira] foram abordados pelo autor com amplo conhecimento de causa, sendo utilizadas em seu trabalho informações das melhores origens, em certos casos as únicas possíveis em nossa bibliografia.” (VIANNA, 1945, p. 171). Tal consideração, vinda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – que tinha como um de seus objetivos principais produzir a identidade do Brasil pelo estudo de seu passado – faz pensar que o resultado de das pesquisas do sociólogo não desagradavam a outros segmentos da intelectualidade que tinham, como ele, o objetivo de síntese do Brasil e de sua cultura.

ACB na 4ª Edição (consultada e utilizada por mim neste trabalho) apresenta 803 páginas de texto e 232 páginas de imagens, num total de 1.035 páginas. A obra divide-se em três partes: I- Os Fatores da Cultura (Prefácio, Introdução e 5 capítulos, contabilizando 220 páginas); II – A Cultura (6 Capítulos, com 280 páginas) e III – A Transmissão da Cultura (cinco capítulos, divididos num total de 260 páginas). O número de páginas já é revelador do empenho do autor em desenvolver com mais minúcias o tema da Cultura, seguido daquele da Transmissão da Cultura, no qual a educação tem o papel central já que “não somente constitui um dos aspectos mais característicos, mas e o próprio veículo da cultura e da civilização” consistindo “em sua essência, na transmissão de uma civilização, numa pressão exercida pelas gerações adultas sobre as gerações mais jovens”. (AZEVEDO, 1963, p. 45). Segundo Libânia Nacif Xavier, “a articulação entre as três partes do livro sugere, à primeira vista, uma linha de continuidade que vai da fragmentação – dispersa no que ainda são fatores – ao planejamento e a unidade, ga-

rantidos pelos sistemas organizados de transmissão da Cultura” (XAVIER, 1998, s.p.).

É na terceira parte – A Transmissão da Cultura – que Fernando de Azevedo redige a sua versão da história da educação brasileira. É sobre a introdução geral da obra e ela que nos deteremos a seguir.

História da Educação Brasileira

A historiografia da educação nas últimas três décadas tem sido praticamente consensual em relação à crítica que faz à narrativa produzida por Fernando de Azevedo: por um lado, ela instaurou uma memória sobre os eventos das décadas de 20 e 30 – período da atuação da ABE, das reformas educacionais e da instalação do Estado Novo –, onde esvaziou os acontecimentos do seu sentido político, varrendo-os para a zona das ideias perigosas (CARVALHO, 1989); por outro, atualizou e cristalizou “representações sobre o ensino brasileiro no Império e primeiros anos da República (...) consolidando um lugar de interpretação do passado educativo como descaso” (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 38). Isso se dá, contudo, porque sua leitura do passado não era feita na perspectiva da história, mas submetendo a história à sociologia, para desvendar os problemas do seu presente, numa clara preocupação presentista (TOLEDO, 1996, p. 134).

A leitura que se pode fazer da história da educação produzida por Fernando de Azevedo na Terceira Parte de ACB pode ser pautada, a partir do que indica a historiografia, na compreensão de que ele serviu-se de acontecimentos para, no modo como os dispôs e interpretou, produzir uma memória de dupla via: ao mesmo tempo em que significou o seu presente em torno da fabricação da “zona perigosa” para a qual relegou as ideias e concepções educacionais do seu presente que se opunham à sua visão dos acontecimentos (CARVALHO, 1989), produziu também uma “zona nebulosa” na qual ofuscou as iniciativas e as práticas educativas anteriores à época de sua ação, fabricando representações em torno do seu presente e do seu passado, que tendo por muito tempo sido tomadas como a “história tal qual aconteceu” se constituem em importantes pistas para crítica historiográfica de sua narrativa.

Ao concordarmos com Kazumi Munakata que, na década de 30, dentre as ideias que se “respiravam” no Brasil, estavam os ideais de unificação, homogeneidade e integração e que tais temas foram caros a Fernando de Azevedo (MUNAKATA, 1996, p. 198) é preciso apontar ao menos um dos aportes teóricos que correspondiam a esses desejos e dos quais Azevedo se serviu para construir sua visão de mundo e campo de ação neste contexto, e que deixaram claras marcas em ACB. Assim, do seu diálogo com a sociologia educacional de Emile Durkheim, para quem a educação tinha por finalidade gerar sobre o “ser individual” o “ser social”, (DURKHEIM, 1965, p. 41), Azevedo alcançará a convicção de que a escola, enquanto instrumento de transmissão de cultura, deveria desempenhar essa tarefa de promoção da unidade e nacionalidade por meio de um sistema de ensino unificado – e vai criticar os educadores e políticos do passado por terem “falhado” nesta tarefa, ao mesmo tempo em que vai enaltecer as possibilidades que a Revolução de 30 concedeu para que esta mudança no papel da educação, no seu modo de entender, pudesse se processar.

Da Sociologia de Durkheim extraiu ainda, segundo Bruno Bontempi Jr. (2005) e Maria Rita de Almeida Toledo (1996) o método de análise do qual se valeu para produzir sua interpretação sobre a cultura brasileira, na tentativa de elaborar “a síntese racional que é a essência da sociedade” (TOLEDO, 1996, p. 90). É essa condição de síntese que permitirá que ele retire das obras aquilo que lhe convém, amparando-se apenas dos dados “depurados” que servem de “matéria-prima” à sua interpretação. Somando-se à essa opção metodológica, Fernando de Azevedo serve-se de dois conceitos, claramente ancorados na sociologia de Émile Durkheim que, articulados, apontam para o sentido que atribuiu a história da educação brasileira. A cultura, rejeitadas as possibilidades conceituais da antropologia e abraçadas as da perspectiva sociológica (francesa) e histórica (alemã), é entendida por ele no “sentido clássico”: “o estado moral, intelectual e artístico” (AZEVEDO, 1964, p. 37) de um povo, de forma que seu estudo incidirá “diretamente sobre a produção, a conservação e o progresso dos valores intelectuais, das ideias, das ciências e das artes, de tudo, enfim, que constitui um esforço para o domínio da vida material e

para a libertação do espírito.” (Idem, p. 38). Essa cultura é conservada e transmitida por meio da educação, que consiste (e aí o diálogo com a sociologia educacional de Durkheim fica explícito) na pressão exercida pelas gerações mais velhas sobre as mais jovens (AZEVEDO, 1964, p. 45). Por conta disso, escreve Bruno Bontempi Jr. ao analisar a escrita azevediana,

Instância privilegiada de transmissão da cultura, a educação vê-se dotada, tanto em Durkheim como em Azevedo, de uma função social eminentemente conservadora: a de promover a coerção da geração jovem pela adulta, a fim de que a primeira possa acolher as tradições e moldar-se à imagem do grupo encabeçado pela segunda, para que esta possa manter a sua continuidade (BONTEMPI JR, 2005, p. 54).

Como resultado dessa operação teórica, tal cultura, transmitida pela educação, revela o grau de civilização que determinada sociedade alcançou (AZEVEDO, 1964, p. 46). Isto posto, a história da educação azevediana é a história de como a cultura, desde as origens até o presente, foi transmitida na sociedade brasileira por meio da educação e contribuiu para alcançarmos determinado grau de civilização e de identidade como nação. É por essa razão que criticará o passado por não ter produzido um sistema educativo condizente com as necessidades materiais e intelectuais de cada época e elevará o seu presente ao ápice dessa história, uma vez que vê no período em que vive aquele em que a educação, por meio das Reformas Educacionais e da centralização do sistema de ensino efetuada pela Revolução de 30, estava mais próxima de cumprir esse papel.

A periodização adotada por Azevedo pode ser facilmente identificada nos Capítulos da parte terceira: A Educação no período colonial (Capítulo I); A Educação no Império (Capítulo II); a Educação na Primeira República (Capítulo III); A Educação no Estado Novo (Capítulo IV) e a Educação “nos dias atuais” (Capítulo V). Claramente, ele realiza uma cisão entre o “passado do atraso” e o “presente da renovação” a partir do capítulo IV.

Também as imagens utilizadas na obra reforçam essa direção que ele quer impor ao “movimento da história”. Com efeito, ACB é fartamente ilustrada com um caderno icono-

gráfico, que entremeia os seus vários capítulos, possuindo paginação própria, indo de 1 a 232 (quase um livro, dentro do livro!). As imagens embora não sejam referidas no corpo dos capítulos, têm a função clara de ilustrar temas, lugares e personagens abordados, estabelecendo assim um diálogo implícito com a narrativa. No que toca à Terceira Parte, os três primeiros capítulos que tratam, respectivamente, da educação na Colônia, educação no Império e Educação nos primeiros quarenta anos da República, contam com 18 imagens cada um enquanto os capítulos IV e V, que tratam das décadas de 30 a 40, possuem juntos 60 imagens, superando em quantidade as ilustrações para os períodos mais recuados da história, contribuindo para reforçar o papel que estes capítulos ocupam no conjunto da história da educação de Fernando de Azevedo, adquirindo, ainda, caráter de propaganda da política educacional do Estado Novo, já que várias ilustrações são de instituições criadas ou reformadas no período.

Na análise interna de cada um dos dois primeiros períodos, nos capítulos I e II, Fernando de Azevedo aponta sempre um marco fundador – onde identifica as raízes da cultura ou das instituições de transmissão da cultura – e um marco crítico – onde elege os “vilões” que puseram em risco ou desestruturaram o sistema de transmissão da cultura em funcionamento ou gestação. Já no terceiro e quarto capítulos, instaura na narrativa uma marcha ascensional para o novo (CARVALHO, 1989), onde o “movimento da história” é outro: a luta dos “renovadores” contra os “tradicionalistas”. A argumentação, como tem observado a historiografia da obra azevediana, produz representações sobre cada um dos períodos: a colônia teria conhecido a única experiência mais próxima de um sistema educativo, por meio da ação agregadora dos jesuítas; o Império teria sido o tempo do “fruto que ainda não estava maduro” (AZEVEDO, 1964), já que suas iniciativas educacionais falhavam por não serem unificadas, em função do Ato Adicional de 1834; a primeira fase da República teria reiterado a descentralização do Império por meio do princípio do federalismo, que impediu que a mudança de regime se refletisse na mudança dos sistemas de ensino; por fim, a Revolução de 1930, associada às ideias dos renovadores, realiza a necessária obra da centralização e organização de um sistema nacional de ensino. O resultado disso é bem sintetizado por Libânia Xavier:

Apresentando o movimento das reformas educacionais promovidas a partir da década de 20 como a “fase mais importante do desenvolvimento de uma política nacional de educação”, Azevedo legitima sua própria trajetória e a de seu grupo. Por este prisma, o movimento da renovação educacional é apresentado como o marco que dá a chave para delimitar o que se considera passado, para demarcar as grandes questões do presente e, finalmente, para definir o que se aponta para o futuro. (XAVIER, 1998, s.p.)

Para produzir esses sentidos, Fernando de Azevedo serve-se de alguns recursos narrativos e de organização das fontes, que sustentam a argumentação e criam o “efeito de verdade”.

Um primeiro recurso narrativo é a repetição das ideias capitais que defende em cada capítulo. Por exemplo, quando trata da educação jesuítica e da sua contribuição para a cultura brasileira (Capítulo I), repete várias vezes, mas com sutis mudanças na forma, o argumento de que os padres da Companhia de Jesus instauraram aqui o primeiro sistema de ensino (AZEVEDO, 1964, p. 503; 507-8) e assim preservaram a cultura ibérica da desagregação (AZEVEDO, 1964, p. 510; 516; 534; 535). A insistência nessas afirmações espalhadas ao longo do capítulo dá, num primeiro momento, a impressão de dejavú, mas, ao final, cria uma sensação de concordância entre as evidências e a interpretação, já que Azevedo não as repete simplesmente, mas reafirma-as através de dados empíricos distintos. O tema da agregação cultural promovida pelos jesuítas, por exemplo, ora é sustentado pelo dado das escolas elementares que mantiveram (AZEVEDO, 1964, p. 508), ora pela desagregação da cultura indígena que empreenderam (AZEVEDO, 1964, p. 516), ora pela ação dos bandeirantes no apresamento dos povos que aqui viviam (AZEVEDO, 1964, p. 537).

Outro recurso é a atribuição de títulos ou de “qualidades” a alguns atores históricos, ajudando a associá-los a determinados feitos que considera positivos. No capítulo II, realiza essa operação quando trata das tentativas de Reforma efetuadas ao longo do período imperial. Assim, Couto Ferraz é o “organizador” do ensino primário no município da Corte (AZEVEDO, 1964, p. 597); o Visconde de Rio Branco é o homem da “ação francamente progressista” (idem) que

cria a Escola de Minas em Ouro Preto; Leôncio de Carvalho "o inovador de ensino mais audacioso e radical do período do Império" (AZEVEDO, 1964, p. 598). Na mesma medida, seu discurso também instaura, ao longo dos capítulos I, II e III, os "vilões" da história: o Marquês de Pombal (AZEVEDO, 1964, p. 539-541) e o Ato Adicional de 1834 – "uma das maiores aberrações na evolução da política imperial" – (AZEVEDO, 1964, p. 566), do qual o princípio federativo adotado na Constituição Republicana de 1891 acaba sendo uma permanência (AZEVEDO, 1964, p. 610-611).

Por fim, o recurso mais poderoso do qual Fernando de Azevedo lança mão na sua narrativa é o da remoção de obstáculos à interpretação, por meio do apagamento das tensões. Isso se evidencia, sobretudo, no capítulo IV, quando seu texto cria a ideia que de 1927-28 – quando efetuou a Reforma do Ensino Primário no Distrito Federal até o Golpe do Estado Novo em 1937 –, teve início uma marcha constante rumo à renovação, na qual ele e os "renovadores" se opuseram ao grupo dos "tradicionalistas". Em relação ao primeiro caso – a Reforma do Ensino Primário – retira da narrativa as oposições que a reforma encontrou tanto dentro do Conselho Municipal do Rio de Janeiro (que frustrou sua intenção de aprová-la em 15 de outubro de 1927, quando da comemoração do centenário da Lei do Ensino Primário, a exemplo do que faria Francisco de Campos em Minas Gerais), como da imprensa carioca, que, por exemplo, ironizava sobre como um governo que em 1927 não tinha dinheiro para a compra de lápis para alunos pobres conseguiria reformar toda a estrutura do ensino no ano seguinte! (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 26). Já quando trata do embate entre "renovação" e "tradição" produz a impressão de que todo o movimento da década de trinta consistia num projeto de escola defendida por liberais e contestada pelos católicos, quando no nível das experiências históricas, no interior da Associação Brasileira de Educação e das Conferências Nacionais de Educação, haviam vários projetos em andamento, conforme demonstrou em profundidade Marta Carvalho (1998) em sua hoje clássica tese de doutorado, de forma que não era tão fácil pôr a marca de renovação apenas ao projeto que foi consagrado no Golpe do Estado Novo.

Não só de recursos narrativos vive a história da Educação de Fernando de Azevedo: ela se faz também por meio

das escolhas empíricas que realiza e do modo como utiliza suas fontes, como bem observou Maria Rita de Almeida Toledo (1996). Embora ACB possua referências bibliográficas ao final de cada capítulo, uma referência geral no final da obra e um índice onomástico, não é tão fácil identificar os autores e obras com as quais Fernando de Azevedo dialoga, uma vez que nem sempre são citados no corpo do texto. Como já observado, na introdução, Azevedo afirma que se propôs a realizar uma síntese (AZEVEDO, 1963, p. 47) de modo que para tanto se serve de trabalhos monográficos para, a partir deles, realizar a sua interpretação. Pondo a atenção aqui na Parte Terceira, podem-se identificar algumas referências. Para falar sobre o contexto mais geral do Brasil, serve-se de autores reconhecidos e ligados ao Instituto Histórico e Geográfico, como Pandiá Calógeras, Pedro Calmon e Hélio Vianna, dentro outros. Utilizava-se também de obras específicas sobre História da Educação, de autores como José Ricardo Pires de Almeida (capítulos 1, 2 e 3); Primitivo Moacyr (Capítulos 2, 3 e 4), Afrânio Peixoto (capítulos 2, 3 e 4) e o Barão de Tefé (capítulos 2 e 3). Em vários momentos, ele serve-se ainda daquele tipo de documentação que hoje chamamos de "fontes históricas" – como, por exemplo, os relatos de Saint-Hilaire ou Legislação Educacional – mas sem diferenciá-los do mesmo uso que faz das monografias especializadas.

Na escolha de suas fontes de pesquisa, Fernando de Azevedo consolida o que já fora iniciado por Afrânio Peixoto nas Noções de História da Educação (e distancia-se significativamente das histórias da Educação de Pires de Almeida e Primitivo Moacyr): lança mão apenas de fontes secundárias, abrindo mão, em contrapartida, das buscas em arquivos. Embora essa seja uma das críticas mais contundentes à matriz de interpretação azevediana na História da Educação, é forçoso reconhecer que ele próprio alertava os leitores sobre essa sua escolha, no prefácio da obra, ao afirmar que ACB "não traz documentos inéditos, de origem direta, nem o autor se havia proposto a vasculhar arquivos, para exumar do esquecimento velhas peças documentárias..." (AZEVEDO, 1964, p. 27). Essa base documental é pressuposta por Azevedo como já estando presente nos estudos dos quais se serve para efetuar sua síntese. Ainda em relação às fontes, Maria Rita de Almeida Toledo chama nossa atenção para um dado im-

portante: “Azevedo utiliza as monografias especializadas principalmente para os períodos mais “longínquos” da evolução da civilização brasileira e o seu próprio testemunho e o de seus companheiros para realizar a análise do “estado atual” (TOLEDO, 1996, p. 125). É desse modo que ele realiza o estabelecimento de uma memória em torno de sua ação e dos demais renovadores nos anos 30, misturando-a e confundindo-a com a história da educação brasileira que o conjunto da terceira parte de sua obra se propõe a narrar.

De modo geral, Maria Rita de Almeida Toledo (1996) identifica três “usos” das fontes, através dos quais Fernando de Azevedo atribuiu diferentes pesos para as referências que consulta. Na sua operação historiográfica, existem as fontes que conformam o estudo do autor e são colocadas em evidência (Durkheim, Paul Fauconnet, Marcel Mauss, por exemplo), aparecendo na introdução e sendo seus pilares teóricos. Há ainda as fontes que dialogam com suas opções teórico-metodológicas, com o objetivo de criar consenso, atestando sua erudição. Aqui, são basicamente obras estrangeiras, de várias vertentes da sociologia. Por fim, as fontes que são apresentadas apenas como força de argumentação e de informação, uso mais corrente ao longo da obra e das quais são as ilustrativas as mencionadas nos dois parágrafos anteriores (Cf. TOLEDO, 1996, p. 110).

Essa operação gera por vezes incongruências, que são minimizadas novamente pelo recurso ao apagamento do que contraria as perspectivas interpretativas que produz. Assim, não obstante Tavares Bastos, autor de “A Província”, ser um defensor do Federalismo, é citado e elogiado, porque no plano da educação primária, defendia a centralização do ensino (Capítulo II). Já ao mencionar o contexto que desembocou na reação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (Capítulo IV), embora sirva-se de Nóbrega da Cunha para situar a importância daquela iniciativa à luz do “pedido” do presidente aos educadores reunidos na Conferência de Educação, ignora as informações oferecidas por Cunha no mesmo livro, que indiciam claramente o grande articulador que este fora ao reverter a favor do seu grupo a “situação de momento” gerada pela presença do Ministro da Educação Francisco de Campos e do Presidente Getúlio Vargas...

A narrativa de Fernando de Azevedo é claramente pragmática, como bem observaram Rita Toledo (1996) e Bruno Bontempi Jr. (2005). Busca no passado os erros que não devem ser repetidos no presente, destacando a capacidade dele e de seu grupo de educadores em modificar esse presente, pondo em prática “lições de acerto” identificadas por meio dos erros e das falhas dos educadores que os precederam. Tal espírito pragmático certamente foi um dos fatores que associado à perspectiva sociológica que a história da educação seguiu nos trinta anos seguintes à sua publicação ajudam a compreender a força que sua interpretação sobre a história da escola alcançou e a razão de ser ela – tanto para quem pesquisa a educação nas décadas de 20-30, como aqueles que se dedicam a outros períodos – uma leitura obrigatória, dado o alcance que teve na produção de uma história-memória sobre as experiências educativas em nosso país.

Considerações Finais

Rer ler um clássico nunca é tarefa fácil, especialmente para aqueles que querem inserir-se no campo do qual ele tornou-se referência fundamental. Esse é o caso de ACB de Fernando de Azevedo.

Ao buscar realizar tal leitura, valendo-me da historiografia mais aprofundada sobre a obra em tela, penso ter recuperado alguns dos aspectos mais mencionados da crítica desta narrativa, mas também ter ajudado a evidenciar alguns pontos igualmente relevantes a seu respeito, mas que às vezes são pouco recordados seja por historiadores da educação ou, especialmente, pesquisadores do campo educacional não familiarizados com esse debate historiográfico e que, com muito mais frequência do que seria desejável, recorrem à Fernando de Azevedo em busca de informações para compor a “parte histórica” de seus objetos específicos de estudo ou investigação, sem maiores críticas sobre a constituição e significado que essa narrativa, intencionalmente, confere aos dados que relata.

Isso, logicamente, não invalida o trabalho intelectual de Fernando de Azevedo nem deve ser motivo para que não seja lido e estabelecido diálogo com ele na pesquisa educacional. Porém, lembra a cautela com que essa inter-

locução deve ser estabelecida, tendo presente que, pela maior parte, sua história da educação deve ser tomada muito mais como um testemunho dos embates em que Azevedo esteve envolvido e sobre os quais produziu uma memória, do que de uma análise preocupada em investigar cada fenômeno estudado dentro do seu tempo, para compreendê-lo a partir dele próprio, como entende-se, atualmente, que devem ser as análises históricas.

Se essas notas aqui reunidas auxiliarem pesquisadores do campo educacional a proceder a crítica das informações colhidas na narrativa histórica de Fernando de Azevedo ou a alunos e estudantes que estão se inserindo no campo da história da educação a terem um primeiro contato com ACB, o objetivo perseguido neste artigo de reunir informações dispersas em vasta produção historiográfica – da qual a aqui mobilizada representa apenas uma (significativa!) parte –, terá oferecido a contribuição que motivou a sua escrita.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

_____. Prefácio. In: NOBREGA DA CUNHA, Carlos Alberto. **A Revolução e a Educação**. Campinas: Autores Associados, 2003 [1932], p. 9-10.

BONTEMPI JR., Bruno. A presença visível e invisível de Durkheim na historiografia da Educação Brasileira. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 47-62.

CARR, Edward. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Cortez, 2010b, 329-334.

_____. A Cultura Brasileira de Fernando de Azevedo, por Marta Maria Chagas de Carvalho. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Clássicos da Educação Brasileira**. V. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010a, p. 63-80.

_____. **Molde Nacional e Fôrma Cívica. Higiene, Moral e Trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. **O novo, o velho, o perigoso**: relendo a Cultura Brasileira. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 71, 1989, p. 29-35.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Cengage, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. **Como o ar que se respira**: uma resenha de algumas idéias que se disseminavam pelo Brasil nos anos 30. Horizontes. Bragança Paulista, v. 14, p. 187-213, 1996.

NEPHIE-USP. **Instituto de Estudos Brasileiros**: Arquivo Fernando de Azevedo. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/TRAJETOR.PDF>> Acesso em 17/09/2014.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Massangana, 2010.

_____. **Fernando de Azevedo: Educação e Transformação**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. **Perfil de Mestres**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 8, n. 22, 1994, p. 181-184.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Historiografia**. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 189-193.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Cultura Brasileira (resenha). **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 14, mai-ago 2000, p. 165-170.

_____. **As Fontes D' A Cultura Brasileira**. Horizontes. Bragança Paulista, v. 14, 1996, p. 45-142.

VIANNA, Hélio. Crítica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, volume 188, 1945, p. 169-175.

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: questões para o debate. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 1, 2013, p. 1-12.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da História**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo; MARACH, Caroline Baron. Escola de Mestre Único e Escola Serena: realidade e idealidade no pensamento de Erasmo Pilotto. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.) **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2007, p. p. 269-289.

XAVIER, Libânia Nacif. Retrato de Corpo Inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, vol. 24, n. 1, jan-jun 1998.

Data de Recebimento: 25 de agosto de 2014

Data de Aprovação: 30 de outubro de 2014

Data de Publicação: 30 de dezembro de 2014